



TERMO DE REFERÊNCIA

I. OBJETO:

PARTICIPAÇÃO EM CURSO FORMAÇÃO DE AGENTE DE CONTRATAÇÃO E EQUIPE DE PLANEJAMENTO , QUE ACONTECERÁ NOS DIAS DE 24, 25 E 26 DE ABRIL DE 2023 NO HOTEL ATLÂNTICO PRAIA, NO MUNICÍPIO DE JOÃO PESSOA - PB.

II. JUSTIFICATIVA:

O CURSO FORMAÇÃO DE AGENTE DE CONTRATAÇÃO E EQUIPE DE PLANEJAMENTO capacitará o participante a trabalhar com a Lei nº 14.133/2021, seja servidor público da área requisitante, de planejamento, aprendendo a elaborar o Documento de Formalização da Demanda – DFD, os Estudos Técnicos Preliminares, o Termo de Referência, a Pesquisa de Preços e o Mapa de Riscos, seja quem realiza a licitação, responsável desde a divulgação do edital até conduzindo o processo para a homologação pela autoridade competente, bem como, responsável pelas contratações diretas, por dispensa de licitação e inexigibilidade de licitação, além dos fornecedores e consultores na área de licitação, que desejam contratar com o governo pela nova lei de licitação e contratos.

Assim, é fundamental que todos que atuam com compras públicas, sejam os servidores da área de compras, de licitação, assessorias, sejam os licitantes e consultores, estejam capacitados para trabalhar com a nova lei de licitação e contratos, entendendo todo o processo, desde o planejamento até a seleção do fornecedor, inclusive nas contratações por dispensa de licitação e inexigibilidade de licitação.

III. DO CONTEÚDO PROGRAMÁTICO DO CURSO:

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Aspectos introdutórios e de transição sobre a nova lei de licitações

- Realidade as licitações e contratação direta: Lei nº 8.666/93 x Lei nº 14.133/2021
- Regras de transição da Lei nº 8.666/93, da Lei nº 10.520/02 e da Lei nº 12.462/2011 para a Lei nº 14.133/2021 – posso utilizar a contratação direta pelas normas antigas e pela lei nova?
- Agentes públicos, Agentes de Contratação e Comissão de Contratação: quem deverá ser servidor efetivo?
- Papel da assessoria e consultoria jurídica na nova lei
- O Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e a divulgação da contratação para eficácia contratual



**INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES
PÚBLICOS MUNICIPAIS DE CAMPINA GRANDE
COORDENADORIA ADMINISTRATIVA**

- Prazos para divulgação no PNCP e a publicidade da contratação direta
- Flexibilização para municípios com até 20.000 habitantes
- Quais os objetivos do processo licitatório na nova lei de licitações?
- Quais as exigências a serem observadas na hipótese de licitação realizada por meio eletrônico e presencial?
- Quais são as fases do processo licitatório na Lei nº 14.133/2021 e o rito padrão?

Instrumentos Auxiliares com foco no Sistema de Registro de Preços

- Credenciamento
- Pré-qualificação
- Procedimento de manifestação de interesse
- Registro Cadastral
- Sistema de Registro de Preços - SRP
- Definição e Aplicabilidade do SRP
- Regras constantes no edital do SRP
- SRP para contratação de serviço de engenharia – exigências para aplicação
- SRP nas contratações diretas – exigências para aplicação
- Regras sobre a Ata de Registro de Preços – validade, órgãos participantes, órgãos não participantes (“carona”).

Plano de Contratações Anual e Documento de Formalização da Demanda – DFD (Decreto nº 10.947/2022)

- A Formalização da Demanda na lei nº 14.133/2021
- Ligação entre o Documento de Formalização da Demanda e o Plano de Contratações anual
- Quem elabora o Documento de Formalização da Demanda
- Como elaborar (aula prática) o Documento de Formalização da Demanda
- Riscos na elaboração do Documento de Formalização da Demanda

Estudo Técnico Preliminar

- Normas de regência (IN SEGES nº 58/2022)
- Riscos na elaboração do Estudo Técnico Preliminar
- Como elaborar (aula prática) os tópicos do Estudo Técnico Preliminar
- Descrição da necessidade da contratação
- Demonstração da previsão da contratação no plano de contratações anual
- Requisitos da contratação
- Estimativa das quantidades para a contratação
- Levantamento de mercado
- Audiência Pública e Consulta Pública
- Estimativa do valor da contratação
- Descrição da solução como um todo



**INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES
PÚBLICOS MUNICIPAIS DE CAMPINA GRANDE
COORDENADORIA ADMINISTRATIVA**

- Ciclo de vida do Objeto: o que é e como utilizar essa técnica de gestão
- Definição da Modalidade de licitação, o critério de julgamento e do modo de disputa;
- Justificativa de exigências de qualificação técnica;
- Amostras;
- Justificativas para o parcelamento ou não da contratação
- Sistema de Registro de preços: quando utilizar?
- Demonstrativo dos resultados pretendidos
- Providências a serem adotadas pela Administração previamente à celebração do contrato
- Contratações correlatas e/ou interdependentes
- Descrição de possíveis impactos ambientais
- Posicionamento conclusivo sobre a viabilidade
- Exceções a elaboração do Estudo Técnico Preliminar

Termo de Referência (IN SEGES nº 81/2022)

- Como elaborar (aula prática) o Termo de Referência
- Definição do objeto
- Fundamentação da contratação
- Descrição da solução como um todo, considerado todo o ciclo de vida do objeto;
- Requisitos da contratação
- Modelo de execução do objeto
- Modelo de gestão do contrato
- Critérios de medição e de pagamento
- Forma e critérios de seleção do fornecedor
- Estimativas do valor da contratação
- Adequação orçamentária

Pesquisa de Preços

- Instrução Normativa SEGES 73/2020 versus Instrução Normativa SEGES 65/2021
- Formalização da pesquisa de preços
- Critérios e parâmetros para a elaboração da pesquisa de preços
- Riscos associados a pesquisa de preços
- Como elaborar a pesquisa de preços (aula prática)

Mapa de riscos

- Normas de Regência.
- Elaboração na prática do Mapa de riscos



Impacto da nova lei de licitações no tratamento diferenciado às ME/EPP/MEI previsto na Lei Complementar nº 123/2006 (atualizada pela LC nº 147/2014) e Decreto nº 8.538/2015

- Licitação exclusiva para ME/EPP
- Licitação com cotas para ME/EP
- Subcontratação de ME/EPP
- Tratamento diferenciado para empresa localizadas regionais e localmente
- Regras de preferência durante a sessão pública da licitação (empate ficto e regionalidade)
- Benefícios na fase de habilitação para as ME/EPP
- Impacto da nova lei de licitações - Lei nº 14.133/2021

Executando a fase Externa das Licitações

- Modalidades de Licitação: pregão, concorrência, concurso, leilão e diálogo competitivo e o fim do convite e da tomada de preços
- Os novos prazos mínimos para apresentação das propostas
- Prazos para impugnação e pedido de esclarecimento, e de resposta
- Fase de lances - Modos de disputa aberto e fechado – IN SEGES nº 73/2022
- Fase de Julgamento
- Fase de Habilitação
- Fase Recursal
- Encerramento da licitação – saneamento, revogação, anulação, adjudicação, homologação

Contratação Direta

- Formalização do processo de contratação direta
- Inexigibilidade de licitação e as novas hipóteses trazidas.
- Dispensa de Licitação: as principais hipóteses
- Dispensa em razão do valor – regras e limites
- Dispensa Eletrônica – IN SEGES nº 67/2021

Aspectos mais relevantes da fase de contratação na nova lei de licitações

- Formalidades dos contratos
- Quando o instrumento de contrato pode substituído
- Contratação remanescente
- Prazo de vigência dos contratos e prorrogações
- Fiscalização do contrato
- Alteração dos contratos – acréscimos e supressões
- Reajustamento – em sentido estrito e repactuação
- Fiscal de contrato: acompanhamento e fiscalização
- Responsabilidades da Administração

- Ordem cronológica de pagamento e antecipação de pagamento
- Extinção contratual

Infrações e Sanções Administrativas

- Infrações que ensejam a responsabilidade administrativa do contratado
- Rol de sanções administrativas
- Os novos crimes nas licitações e contratos administrativos (Código Penal)

IV. OBJETIVO:

Atualizar os profissionais do IPSEM que exercem atividades afins na área de contratações públicas por meio de procedimento licitatório, sempre em busca da proposta mais vantajosa para a Administração Pública Indireta, ampliando assim os conhecimentos dos participantes para que possam definir os procedimentos essenciais à realização de licitações e reconhecer as modalidades de licitação, bem como aprofundar acerca dos princípios que regem essas matérias.

V. NUMERO E NOME DOS PARTICIPANTES:

Serão custeadas as inscrições para servidores do IPSEM - Instituto de Previdência dos Servidores Municipais de Campina Grande – PB.

VI. FORMA DE PAGAMENTO:

O pagamento será efetuado mediante nota fiscal emitida pela empresa responsável pelo evento.

VII. DO CONTRATO:

A presente contratação será formalizada através de Nota de Empenho.

Campina Grande-PB, 17 de abril de 2023.

MÁRIO SÉRGIO LIMA DE OLIVEIRA
Coordenador Administrativo do IPSEM
Matrícula 40.098-0

24, 25 E 26 DE ABRIL

JOÃO PESSOA - PB

Atlântico Praia Hotel

TERCEIRA TURMA

**CURSO FORMAÇÃO DE
AGENTE DE CONTRATAÇÃO
E EQUIPE DE
PLANEJAMENTO
LEI Nº 14.133/2021**

Prof. Abimael Torcate

Prof. Leonardo Mota

Realização:



nanocriativo_capacitacao



(83) 98169-3740



nanocriativo@gmail.com



Assinado por 1 pessoa: MARIO SÉRGIO LIMA DE OLIVEIRA
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://nanocriativo.com.br/assinaturas> e informe o código 2D3A-8DCA-F05C-4068

CURSO FORMAÇÃO DE AGENTE DE CONTRATAÇÃO E EQUIPE DE PLANEJAMENTO

LEI Nº 14.133/2021

PRESENCIAL

JOÃO PESSOA – PB

Hotel Atlântico Praia

24, 25 e 26 de abril

24 horas-aula

SOBRE O CURSO:

O **CURSO FORMAÇÃO DE AGENTE DE CONTRATAÇÃO E EQUIPE DE PLANEJAMENTO** capacitará o participante a trabalhar com a Lei nº 14.133/2021, seja servidor público da área requisitante, de planejamento, aprendendo a elaborar o Documento de Formalização da Demanda – DFD, os Estudos Técnicos Preliminares, o Termo de Referência, a Pesquisa de Preços e o Mapa de Riscos, seja quem realiza a licitação, responsável desde a divulgação do edital até conduzindo o processo para a homologação pela autoridade competente, bem como, responsável pelas contratações diretas, por dispensa de licitação e inexigibilidade de licitação, além dos fornecedores e consultores na área de licitação, que desejam contratar com o governo pela nova lei de licitação e contratos.

Assim, é fundamental que todos que atuam com compras públicas, sejam os servidores da área de compras, de licitação, assessorias, sejam os licitantes e consultores, estejam capacitados para trabalhar com a nova lei de licitação e contratos, entendendo todo o processo, desde o planejamento até a seleção do fornecedor, inclusive nas contratações por dispensa de licitação e inexigibilidade de licitação.

PERÍODO: 24, 25 e 26 de abril de 2023.

LOCAL: Hotel Atlântico Praia

ENDEREÇO:

Endereço: Av. Almirante Tamandaré, nº 440

Praia de Tambaú, João Pessoa – PB. Fone: 83-2107-9999

HORÁRIO:

das 8h30 h às 12h30

das 13h30 h às 17h30.

INCLUSO NO VALOR DA INSCRIÇÃO:

- **Material Exclusivo em PDF;**
- **Certificado (pelo menos, 75% de frequência);**
- **Coffe Break (10h30 e 15h30);**
- **Mentoria gratuita no grupo do Whatsapp exclusivo para o curso.**
- **Participação nos Grupos Telegram Prof. Leonardo Mota e Prof. Abimael Torcate**

LEGISLAÇÃO BÁSICA ABORDADA:

Lei nº 14.133/2021, Decreto nº 11.246/2022, IN SEGES Nº 58/2021, Nº 65/2021, Nº 67/2021, Nº 73/2021, Nº 77/2021, Nº 81/2021, jurisprudência do Tribunal de Contratos da União – TCU.

PROFESSORES DO CURSO



LEONARDO MOTA

- Supervisor de Licitações e Disputas Eletrônicas, Pregoeiro e Presidente da CPL, do Ministério Público Federal na Paraíba (MPF/PB);
- Instrutor interno do Ministério Público Federal, na área de licitações e contratos;
- Especialista em Direito Administrativo e Gestão Pública;
- Professor do MBA Licitação e Contratos do Instituto de Pós-Graduação – IPOG;
- Autor de diversos artigos na área de licitações e contratos.

Instagram: [@leonardomotam](https://www.instagram.com/leonardomotam)

Home - Leonardo Mota (leonardomotam.com.br)



ABIMAEEL TORCATE

- Analista Administrativo na Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares – EBSERH;
- Membro do Setor de Governança e Estratégia do Complexo Hospitalar da UFC/EBSERH;
- Escritor e professor da fase de planejamento de compras públicas
- Pós-graduado em Gestão de Hospitais Universitários Federais, pelo Hospital Sírio Libanês;
- Pós-graduado em Licitações e contratos (CERS);
- Certificação Black Belt em Lean Six Sigma;

Instagram: [@euteajudoallicitar](https://www.instagram.com/euteajudoallicitar)

VALOR DO INVESTIMENTO (INSCRIÇÃO INDIVIDUAL)

Primeiro Lote (até 10/04/2023: R\$ 1.540,00

Segundo Lote (a partir de 11/04/2023): R\$ 1.740,00

DADOS PARA INSCRIÇÃO PARA ÓRGÃOS PÚBLICOS:

RAZÃO SOCIAL: NANO CRIATIVO SERVICOS E TREINAMENTOS LTDA.

CNPJ: 30.932.619/0001-03.

ENDEREÇO: Avenida Epitácio Pessoa, nº 475, Sala 502, CXPST 018, Edf. Royal Trade Center, Bairro dos Estados, João Pessoa -PB, CEP 58.030-000.

- Banco: INTER (077) – Agência 001 – Op. 003 – c/c 5289280-8.

[LINK DE ACESSO ÀS CERTIDÕES DA EMPRESA.](#)

Valores diferenciados para grupos de uma mesma fonte pagadora

Inscrição e Informações:  (83) 98169-3740 ou nanocriativo@gmail.com

CURSO FORMAÇÃO DE AGENTE DE CONTRATAÇÃO E EQUIPE DE PLANEJAMENTO

LEI Nº 14.133/2021

PRESENCIAL

JOÃO PESSOA – PB

Hotel Atlântico Praia

24, 25 e 26 de abril

24 horas-aula

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Aspectos introdutórios e de transição sobre a nova lei de licitações

- Realidade as licitações e contratação direta: Lei nº 8.666/93 x Lei nº 14.133/2021
- Regras de transição da Lei nº 8.666/93, da Lei nº 10.520/02 e da Lei nº 12.462/2011 para a Lei nº 14.133/2021 – posso utilizar a contratação direta pelas normas antigas e pela lei nova?
- Agentes públicos, Agentes de Contratação e Comissão de Contratação: quem deverá ser servidor efetivo?
- Papel da assessoria e consultoria jurídica na nova lei
- O Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e a divulgação da contratação para eficácia contratual
- Prazos para divulgação no PNCP e a publicidade da contratação direta
- Flexibilização para municípios com até 20.000 habitantes
- Quais os objetivos do processo licitatório na nova lei de licitações?
- Quais as exigências a serem observadas na hipótese de licitação realizada por meio eletrônico e presencial?
- Quais são as fases do processo licitatório na Lei nº 14.133/2021 e o rito padrão?

Instrumentos Auxiliares com foco no Sistema de Registro de Preços

- Credenciamento
- Pré-qualificação
- Procedimento de manifestação de interesse
- Registro Cadastral
- Sistema de Registro de Preços - SRP
- Definição e Aplicabilidade do SRP
- Regras constantes no edital do SRP
- SRP para contratação de serviço de engenharia – exigências para aplicação
- SRP nas contratações diretas – exigências para aplicação
- Regras sobre a Ata de Registro de Preços – validade, órgãos participantes, órgãos não participantes (“carona”).

Plano de Contratações Anual e Documento de Formalização da Demanda – DFD (Decreto nº 10.947/2022)

- A Formalização da Demanda na lei nº 14.133/2021
- Ligação entre o Documento de Formalização da Demanda e o Plano de Contratações anual
- Quem elabora o Documento de Formalização da Demanda
- Como elaborar (aula prática) o Documento de Formalização da Demanda
- Riscos na elaboração do Documento de Formalização da Demanda

Estudo Técnico Preliminar

- Normas de regência (IN SEGES nº 58/2022)
- Riscos na elaboração do Estudo Técnico Preliminar
- Como elaborar (aula prática) os tópicos do Estudo Técnico Preliminar
- Descrição da necessidade da contratação

- Demonstração da previsão da contratação no plano de contratações anual
- Requisitos da contratação
- Estimativa das quantidades para a contratação
- Levantamento de mercado
- Audiência Pública e Consulta Pública
- Estimativa do valor da contratação
- Descrição da solução como um todo
- Ciclo de vida do Objeto: o que é e como utilizar essa técnica de gestão
- Definição da Modalidade de licitação, o critério de julgamento e do modo de disputa;
- Justificativa de exigências de qualificação técnica;
- Amostras;
- Justificativas para o parcelamento ou não da contratação
- Sistema de Registro de preços: quando utilizar?
- Demonstrativo dos resultados pretendidos
- Providências a serem adotadas pela Administração previamente à celebração do contrato
- Contratações correlatas e/ou interdependentes
- Descrição de possíveis impactos ambientais
- Posicionamento conclusivo sobre a viabilidade
- Exceções a elaboração do Estudo Técnico Preliminar

Termo de Referência (IN SEGES nº 81/2022)

- Como elaborar (aula prática) o Termo de Referência
- Definição do objeto
- Fundamentação da contratação
- Descrição da solução como um todo, considerado todo o ciclo de vida do objeto;
- Requisitos da contratação
- Modelo de execução do objeto
- Modelo de gestão do contrato
- Critérios de medição e de pagamento
- Forma e critérios de seleção do fornecedor
- Estimativas do valor da contratação
- Adequação orçamentária

Pesquisa de Preços

- Instrução Normativa SEGES 73/2020 versus Instrução Normativa SEGES 65/2021
- Formalização da pesquisa de preços
- Critérios e parâmetros para a elaboração da pesquisa de preços
- Riscos associados a pesquisa de preços
- Como elaborar a pesquisa de preços (aula prática)

Mapa de riscos

- Normas de Regência.
- Elaboração na prática do Mapa de riscos

Impacto da nova lei de licitações no tratamento diferenciado às ME/EPP/MEI previsto na Lei Complementar nº 123/2006 (atualizada pela LC nº 147/2014) e Decreto nº 8.538/2015

- Licitação exclusiva para ME/EPP
- Licitação com cotas para ME/EP
- Subcontratação de ME/EPP
- Tratamento diferenciado para empresa localizadas regionais e localmente
- Regras de preferência durante a sessão pública da licitação (empate ficto e regionalidade)
- Benefícios na fase de habilitação para as ME/EPP
- Impacto da nova lei de licitações - Lei nº 14.133/2021

Executando a fase Externa das Licitações

- Modalidades de Licitação: pregão, concorrência, concurso, leilão e diálogo competitivo e o fim do convite e da tomada de preços
- Os novos prazos mínimos para apresentação das propostas
- Prazos para impugnação e pedido de esclarecimento, e de resposta
- Fase de lances - Modos de disputa aberto e fechado – IN SEGES nº 73/2022
- Fase de Julgamento
- Fase de Habilitação
- Fase Recursal
- Encerramento da licitação – saneamento, revogação, anulação, adjudicação, homologação

Contratação Direta

- Formalização do processo de contratação direta
- Inexigibilidade de licitação e as novas hipóteses trazidas.
- Dispensa de Licitação: as principais hipóteses
- Dispensa em razão do valor – regras e limites
- Dispensa Eletrônica – IN SEGES nº 67/2021

Aspectos mais relevantes da fase de contratação na nova lei de licitações

- Formalidades dos contratos
- Quando o instrumento de contrato pode substituído
- Contratação remanescente
- Prazo de vigência dos contratos e prorrogações
- Fiscalização do contrato
- Alteração dos contratos – acréscimos e supressões
- Reajustamento – em sentido estrito e repactuação
- Fiscal de contrato: acompanhamento e fiscalização
- Responsabilidades da Administração
- Ordem cronológica de pagamento e antecipação de pagamento
- Extinção contratual

Infrações e Sanções Administrativas

- Infrações que ensejam a responsabilidade administrativa do contratado
- Rol de sanções administrativas
- Os novos crimes nas licitações e contratos administrativos (Código Penal)



VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: 2D3A-8DCA-F05C-4068

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



MÁRIO SÉRGIO LIMA DE OLIVEIRA (CPF 288.XXX.XXX-87) em 17/04/2023 16:28:10 (GMT-03:00)

Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://campinagrande.1doc.com.br/verificacao/2D3A-8DCA-F05C-4068>